

# PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

## BOLETIM INFORMATIVO Nº 33

**Abril - 2012**

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2
Resoluções.....	2

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO  
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO  
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL  
DO CONTENCIOSO  
Antonio Fernando Athayde Jr.

**LEGISLAÇÃO****ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 566, de 14 de março de 2012**

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

**LEI Nº 15.752, de 14 de março de 2012**

Dispõe sobre a multa prevista no art. 32, II, da Lei federal nº 8.935, de 1994. (Serviços notariais).

**LEI Nº 15.779, de 19 de março de 2012**

Obriga os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado, a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou a realização dos serviços aos consumidores, e estabelece outras providências.

**LEI Nº 15.780, de 19 de março de 2012**

Altera dispositivos da Lei nº 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e adota outras providências.

**LEI Nº 15.781, de 19 de março de 2012**

Altera a Lei nº 11.096, de 1999, que estabelece norma para a condução de animais da raça canina, reconhecidamente como cães de guarda, em vias públicas, e adota outras providências.

**LEI Nº 15.787, de 20 de março de 2012**

Altera dispositivos da Lei nº 13.848, de 2006, que autoriza a instituição da Política Estadual do Livro.

*Decretos***DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.300, de 21 de março de 2012**

Autoriza os representantes do Estado no Conselho Administrativo das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Ofício nº 0018.7/2012, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

**DECRETO Nº 851, de 5 de março de 2012**

Introduz as Alterações 2.929 e 2.930 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 855, de 6 de março de 2012**

Fixa o valor do ressarcimento das despesas efetuadas com alimentação e transporte para execução do serviço voluntário de salvamento aquático e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 875, de 14 de março de 2012**

Introduz as Alterações 2.935 a 2.965 no RICMS/SC-01.

**DECRETO Nº 876, de 14 de março de 2012**

Introduz as Alterações 2.966 a 2.970 no RICMS/SC-01

**DECRETO Nº 877, de 14 de março de 2012**

Introduz a Alteração 2.971 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 878, de 14 de março de 2012**

Dispõe sobre o Conselho Técnico instituído pela Lei nº 14.967,

de 07 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a adoção de medidas para facilitar a liquidação dos créditos tributários inscritos em dívida ativa e maior eficácia na sua cobrança, e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 879, de 14 de março de 2012**

Dispõe sobre a autorização a servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual para afastamento do País.

**DECRETO Nº 896, de 26 de março de 2012**

Introduz a Alteração 2.931 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 897, de 26 de março de 2012**

Altera o Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

**DECRETO Nº 901, de 28 de março de 2012**

Regulamenta a Lei nº 15.693, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Câmara de Conciliação de Precatórios (CPP).

**DECRETO Nº 904, de 28 de março de 2012**

Dispõe sobre a forma de aplicação dos recursos financeiros depositados em conta especial para pagamento de precatórios, nas modalidades referidas no § 8º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*Resoluções***RESOLUÇÃO Nº 002/2012 (Grupo Gestor do Governo do Estado)**

Dispõe sobre a análise e a autorização de atos e projetos de tecnologia de informação e governança eletrônica.

**RESOLUÇÃO Nº 003/2012 (Grupo Gestor do Governo do Estado)**

Dispõe sobre a prestação, o pagamento e o controle do serviço extraordinário no âmbito das atividades finalísticas operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, em conformidade do disposto na Lei Complementar nº 137, de 22 de junho de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****JURISPRUDÊNCIA****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 766.134

Relator: ministro Joaquim Barbosa

Agravante: Compensados BR Ltda

Agravado: Estado de Santa Catarina

Publicação: 26 de março de 2012

Decisão:

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição) interposto de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado:

Apelação Cível - Tributário - ICMS - Legitimidade Ativa Ad Causam - Distinção entre operações pretéritas e futuras - Venda a prazo - Base de Cálculo - Acréscimos Financeiros - Não incidência - Exegese do Art. 34 do Ricms - Precedentes pretorianos - Condicionamento ao procedimento previsto no § 1º daquele artigo - Ônus da prova - Desprovemento.

Sustenta-se, em síntese, a violação dos arts. 5º, LV, e 155, II, da Constituição federal, assim como do RICMS (Decreto Estadual nº 2.870/01) e do art. 166 do Código Tributário Nacional. Inexiste a alegada ofensa ao art. 5º, LV, da

Constituição, pois o acórdão recorrido, ao julgar o recurso interposto, inequivocamente prestou jurisdição, em observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

## ATOS INTERNOS

### **PORTARIA PGE/GAB Nº 23, de 6 de março de 2012**

Dispõe sobre a criação e organização do Núcleo de Gestão de Execuções de Sentença – (Gesen).

### **PORTARIA PGE/GAB Nº 24, de 6 de março de 2012**

Designa Procuradora do Estado para integrar o Núcleo de Gestão de Execuções de Sentença (Gesen).

### **PORTARIA PGE/GAB Nº 25, de 6 de março de 2012**

Designa Procurador do Estado para o exercício da função de chefia de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Caçador

### **PORTARIA PGE/GAB Nº 26, de 16 de março de 2012**

Prorroga por mais dois anos, o prazo de validade do concurso público de que trata o Edital nº 01/2010, destinado ao preenchimento de vagas nos cargos de Analista Técnico em Gestão Pública IV e Assistente Jurídico.

### **PORTARIA PGE/GAB Nº 27, de 20 de março de 2012**

Designa Procuradora do Estado para integrar o Núcleo de Gestão e Prevenção de Ações Repetitivas (Gepar), órgão vinculado à Procuradoria do Contencioso da Procuradoria Geral do Estado.

### **PARECER Nº 069/2012**

Interessado: Secretaria de Estado da Administração

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Administrativo. Servidor público. Gratificação de produtividade da Lei 13.761/06. Bemesse destinada de forma exclusiva aos servidores do quadro, único de pessoal civil lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Educação. Gratificação indevida a titular de cargo de professor que, nos termos da lei nº 1.139/92, integra o quadro de pessoal do magistério público.

### **PARECER Nº 070/2012**

Interessado: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa

Catarina S.A. - Ciasc

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Empregado de empresa pública. Incorporação de função gratificada. Aplicação da Súmula nº 372/TST. Exercício de função de forma descontínua. Impossibilidade. Interpretação dos art. 7º, inciso VI, da CF/1988, e art. 468, da CLT. Precedentes jurisprudenciais.

### **PARECER Nº 075/2012**

Interessada: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Administrativo e civil. Servidores públicos falecidos. Períodos de licenças-prêmio não fruídos. Direito personalíssimo dos servidores que assim não se transmite.

## NOTÍCIAS

### **Criada Câmara de Conciliação de Precatórios**

O Estado de Santa Catarina começará a fazer acordos para o pagamento de precatórios, diretamente com os titulares desses débitos estaduais. Decreto Nº 901/2012 cria a Câmara de Conciliação de Precatórios, vinculada à PGE, que será responsável por fazer os acordos para o pagamento de precatórios da administração direta e indireta. A Câmara começará a funcionar a partir de junho.